



JORNAL ATOS

ANO 26

R\$ 1,50

RMVALE, QUARTA-FEIRA, 16 DE OUTUBRO DE 2019

N.º 3.391

Novo contrato do Transporte Público de Guarará foi alvo de 27 notificações

Apontamentos de prestação de serviço mantêm clima de atrito entre Prefeitura e Oceano pelo TUG

Leandro Oliveira
Guaratinguetá

Com apenas dez dias, o novo contrato de prestação de serviços do Transporte Público de Guaratinguetá já foi alvo de 27 notificações da Prefeitura. Entre os apontamentos, faltas de documentos da empresa Rodoviário Oceano, responsável pelo serviço, e falhas em ônibus. Os envios foram confirmados pelo setor de Mobilidade Urbana, que fiscaliza os veículos na cidade.

De acordo com o secretário Marco Antônio "Major" de Oliveira, parte das notificações foram feitas após apontamentos de passageiros que decidiram denunciar as falhas encontradas.

Oliveira explicou que os apontamentos foram feitos para que as falhas sejam corrigidas. Não foi imposta nenhuma punição à concessionária que venceu a licitação, já que, segundo o próprio secretário, a empresa tem se adequadado nesta semana e resolvido os problemas pendentes.

"São diversos assuntos, desde a parte de documentação, esfera administrativa, como também da verificação (dos ônibus). Nossa equipe de agentes de trânsito passou por um curso de especialização para verificar os ônibus. Você verifica extintor, plataforma elevatória, sinalização, lâmpadas com



Ônibus da nova frota da Oceano, que passou a circular na cidade na última quarta-feira; novo contrato garantiu reajuste para R\$ 4,10 na tarifa

problema. Tudo que é quesito, desde o mínimo possível, estamos notificando, dando prazo. As primeiras notificações já tivemos retorno da empresa e já fizemos uma nova fiscalização", explicou o secretário.

Uma das cobranças feitas pela Prefeitura é referente aos licenciamentos dos ônibus. Foram apresentados trinta

certificados, de um total de 38 veículos. "Já notificamos e estamos cobrando. Se não for apresentado dentro do prazo, já cabe advertência e posteriormente até mesmo uma multa é passível junto à empresa, mas a expectativa é de que para essa semana tenhamos toda a documentação e registro na cidade de Guaratinguetá", concluiu.

Resposta – O diretor da Rodoviário Oceano, Daniel Abdalla, foi procurado para responder sobre os apontamentos. Ele preferiu não gravar entrevista, mas esclareceu que as notificações são rotineiras do processo de vistoria, que vêm acontecendo há mais de um mês. As falhas estão sendo corrigidas pela

empresa, segundo o diretor.

Ainda de acordo com Abdalla, a única pendência é a emissão de documentos por parte do Detran (Departamento Estadual de Trânsito de São Paulo). Informa que os documentos referentes ao emplacamento dos ônibus chegaram na última quinta-feira, e a empresa já teria proto-

colado na Prefeitura. Todos os veículos da frota precisam ser emplacados na cidade. O processo, segundo a Rodoviário Oceano, é normal e faz parte da rotina de concessionárias.

Paralela a questão de documentações e correções dos apontamentos, a Oceano precisa ainda quitar junto ao Município a outorga, fixada em R\$ 2 milhões, até o dia 2 de novembro.

Atrito – As notificações vieram dias após o pedido da empresa para um novo reajuste na tarifa do TUG. A proposta é analisada pela Comissão Tarifária de Guaratinguetá. Após ter subido de R\$ 3,50 para R\$ 4,10, existe a possibilidade de nova alta no valor da passagem, para R\$ 4,26. A empresa Oceano havia feito o pedido em agosto, e reiterou a solicitação há três semanas.

O novo contrato entre a Prefeitura e a empresa Rodoviário Oceano teve início no último dia 2, já com preço reajustado no valor da tarifa. Segundo Major, foi feita uma solicitação inicial pela empresa para reajuste entre julho e agosto. A proposta foi negada pela Prefeitura na época.

Entre os argumentos apresentados pela Oceano para o novo reajuste está o aumento no preço do diesel e a necessidade da qualificação da frota. A empresa chegou a destacar que o caso pode ser levado à Justiça.

Câmara de Guarará pede contrato do TUG entre Soliva e Rodoviário Oceano

Requerimento solicita informações sobre idade e licenciamento de ônibus

Leandro Oliveira
Guaratinguetá

O transporte público de Guaratinguetá provocou novo debate na Câmara na última quinta-feira, os vereadores Fabrício Dias (MDB) e Marcelo Augusto de Assis, o Marcelinho da Santa Casa (PSD), assinaram um requerimento, cobrando o Executivo que envie a cópia do contrato de prestação de serviço com a empresa Rodoviário Oceano. Os parlamentares pedem explicações detalhadas

sobre os ônibus que compõem a frota atual de veículos.

O acordo entre a Prefeitura e a Oceano teve início no último dia 2, seguido de reclamações de passageiros pelo aumento do valor da tarifa de R\$ 3,50 para R\$ 4,10. Na mesma semana, a empresa apresentou outra solicitação, desta vez para R\$ 4,26, o que passa por análise da Comissão Tarifária da Prefeitura. A situação, de acordo com o grupo que administra a Oceano, pode parar na Justiça.

Apesar dos problemas com os valores da passagem, o foco da

Câmara é outro. Os vereadores apresentaram o requerimento com base em reclamações de usuários do transporte público e devido ao número de ônibus quebrados recentemente. Na tribuna, Dias também cobrou toda a documentação de cada ônibus.

Em entrevista, Marcelinho da Santa Casa explicou que o pedido foi motivado pela necessidade de transparência para debater o serviço. "O contrato está feito e a gente tem que fazer cumprir. A gente aprovou, mas não foi encaminhado o contrato para que a gente tivesse conhecimento. Os projetos são autorizativos, mas de fato a gente não tem conhecimento do que vai ser feito depois da autorização dada", afirmou o vereador, que encaminhou um pedido por informações sobre o emplacamento e a documentação dos veículos.

Seguindo a mesma linha de

Assis, Fabrício Dias reforçou que como existe um contrato entre a Prefeitura e a empresa Oceano, existem obrigações contratuais a serem cumpridas por ambas as partes. "Temos que exigir qualidade e quantidade de acordo com o que está previsto. O contrato tem uma previsão de idade dos ônibus (oito anos e média de seis), que não era o nosso pensamento. Defendíamos veículos mais novos. Precisamos saber se isso (renovação da frota) está acontecendo, pois desde o dia 2 já vimos vários ônibus quebrados, notícias de ônibus quebrados nesse período", justificou.

O requerimento solicita informações sobre idade dos ônibus e cópia do certificado de licenciamento de cada um dos veículos que compõem a malha rodoviária do município.

O Executivo tem 15 dias para encaminhar o documento ou responder os parlamentares.



O vereador, Marcelinho da Santa Casa, que cobrou dados do contrato

VELLOZNET FIBRA

30 MEGAS R\$ 79,90 PAGAMENTO EM 12x	50 MEGAS R\$ 89,90 PAGAMENTO EM 12x	75 MEGAS R\$ 99,90 PAGAMENTO EM 12x	100 MEGAS R\$ 129,90 PAGAMENTO EM 12x	150 MEGAS R\$ 159,90 PAGAMENTO EM 12x	200 MEGAS R\$ 189,90 PAGAMENTO EM 12x
-------------------------------------------	-------------------------------------------	-------------------------------------------	---------------------------------------------	---------------------------------------------	---------------------------------------------

Assine Agora mesmo!
☎ 0800 8877 787

* Inativa Pontualidade: Desconto de R\$20,00 em todos os planos pagando até o vencimento.

HYUNDAI
SOLIVA MOTORS
IMPORTADOS
CONCESSIONÁRIA E SERVIÇOS

VENHA CONFERIR O IX35 2020
TECNOLOGIA E SEGURANÇA.

CONHEÇA TAMBÉM O HR 2.5, NEW TUCSON
E SANTA FÉ

AV. JUSCELINO K. DE OLIVEIRA, 1138 – CAMPO DO GALVÃO, GUARATINGUETÁ – SP TEL: 3122-1468 (12)988200241

Domingos faz primeiras mudanças em Cachoeira após afastamento de Mota

Decisão judicial sobre contratação de escritório, que garantiu esquema para desvio de arrecadação

Da Redação
Cachoeira Paulista

Uma decisão judicial ordenou o afastamento por 180 dias do prefeito de Cachoeira Paulista, Edson Mota (PL). Ele responde processo por contrato ilegal com o escritório de advocacia Gradim Sociedade Individual de Advocacia, antes conhecido como Castellucci e Figueiredo Advogados Associados. Na quinta-feira, Domingos Geraldo (PL) assumiu o Executivo,

com demissões e promessa de “abrir a Prefeitura”.

O despacho da juíza da 2ª Vara de Cachoeira Paulista, Juliana Guimarães Ornellas, definiu ainda multa milionária para os envolvidos após investigação que apontou déficit de R\$ 33 milhões ao Município.

Ainda no primeiro dia no cargo, o prefeito em exercício, Domingos Geraldo dos Santos (PL) anunciou cortes em cargos comissionados na Prefeitura. O vice de Edson Mota (PL) assumiu o Executivo na quin-

ta-feira, com decisões consideradas “imediatas e complicadas” como as demissões para enxugar os cofres. “Essa é a única forma da Prefeitura funcionar. Senão, fica difícil”, frisou.

Para não “ficar difícil”, Santos iniciou o mandato por uma ordem judicial que determina a dispensa de 167 cargos comissionados. Até esta sexta-feira, haviam sido seis dispensados, entre eles, seis do primeiro escalão.

Os secretários José Marcos (Turismo), Julio Medeiros (chefe de Gabinete), Pedro Ivan (Obras), Renato Silva (Agricultura) e Gisely Fernandes (Negócios Jurídicos) não fazem mais parte do governo. Gisely era considerada uma das principais figuras na administração de Edson Mota, à frente de assuntos além de sua pasta. “Independentemente de ser cargo de confiança, tenho que ter meu pessoal, da minha confiança. Vou cumprir o que a Justiça ordenou. “Estou enxugando a máquina, senão não vou conseguir (administrar). Tenho que atender essa ordem judicial”, frisou o prefeito.

O processo mostrou que o Executivo firmou um contrato com o escritório Gradim, em 2017, anteriormente conhecido por Castellucci e Figueiredo Advogados Associados. De acordo com o Tribunal de Contas, a empresa assinou 173 contratos com várias prefeituras somente entre 2008 e 2013 para serviços de assessoria com o objetivo de reduzir o valor das dívidas previdenciárias com o Regime Geral da Previdência, mediante pagamento antecipado de honorários. A prática rendeu à empresa aproximadamente R\$ 45 milhões no período analisado.

Mas o passado de irregularidades comprovadas não foi suficiente para impedir a aproximação do Gradim com a gestão de Edson Mota. Entre os municípios afetados pela parceria, dois administrados por Mota, já que em 2013, o atual prefeito de Cachoeira havia contratado o escritório para prestação de serviços em Silveiras, também questionado judicialmente.

A juíza Juliana Guimarães Ornellas determinou o afastamento do prefeito, aceitando pedido impetrado pelo Ministério Público no dia 29 de agosto, após denúncia feita pela vereadora Dadá Diogo (PODE). “A manobra fiscal do município consistiria em aplicar alíquotas mais elevadas na cobrança do tributo aos contribuintes e, quando do repasse do montante recolhido, atribuir alíquota menor (trecho do despacho)”.

A investigação apontou que a administração de Edson Mota receberia uma porcentagem maior de impostos municipais de empresas e prestadores de serviços. Em seguida, repassava uma menor porcentagem à União. A prática teria causado prejuízo de R\$33.645.549,19 ao poder público (R\$18.310.242,04 de prejuízo direto e R\$15.335.307,15 em multas).

O relatório do inquérito, assinado pelo promotor de Justiça Raphael Barbosa Braga, mostra uma série de irregularidades praticadas por Mota e pelo escritório, desobedecendo determinação judicial que impedia contratação da Gradim, e ainda apon-



Foto: Reprodução

Com o afastamento judicial de Edson Mota, Domingos Geraldo assume Prefeitura

Atos e Fatos



“Brasília é cheia de intrigas”

Márcio Meirelles

Sérgio Moro, ministro

A LAVA-JATO NO PAREDÃO

A campanha por alguns órgãos da imprensa contra a Lava-Jato sugere ao leitor/leitora dúvidas sobre a lisura das ações contra os corruptos.

Na verdade, a Lava-Jato, como concebida, difere de tudo que se fez no país no combate à corrupção e corruptos.

Houve uma cronologia natural iniciada com jovens juizes e procuradores com boa formação jurídica e preparados tecnicamente para o combate ao crime moderno em um mundo cibernético.

A ampliação do conhecimento jurídico afastando-se da base do direito romano e se fundamentando também no direito anglo-saxônico e o alemão.

Novos conceitos jurídicos, a especialização do crime do colarinho branco, com o processo de informatização e a disponibilidade de ação junto a organismos internacionais de combate ao crime organizado, quando a nossa prática era apenas policial. Os jovens

e de uma sociedade que convivia com os políticos corruptos elegendo-os com frequência. Desnecessário citar os nomes, pois atualmente a sociedade os identifica com muita facilidade e os repudia.

Outro aspecto que iluminou a sociedade é sobre a celeridade da solução dos casos onde a prescrição e a caducidade dos delitos, uma característica da justiça brasileira, bem como, o cipoal recursal na salvaguarda dos criminosos ricos e influentes.

A figura do juiz Sérgio Moro, cidadão, professor de Direito, usando a sua bicicleta para se deslocar pela cidade criativa de Curitiba é totalmente inovadora quando comparado aos seus colegas.

O seu perfil simples, originário de uma família classe média, acessível às pessoas que o procuram. Difere da classe dos magistrados brasileiros que se dividem em duas classes: uns acham que são Deus e a outros a certeza de que são Deus!

“...eles são contra a imagem de Sérgio Moro ou a lama começa a tocar nas togas?”

juizes e procuradores de Curitiba falam inglês e não mais o latim.

Por outro lado, o aparelhamento do Estado pelo partido dos trabalhadores e a quadrilha organizada para o assalto do Estado brasileiro contava com a instrumentalização do Congresso Nacional através do expediente do “mensalinho” e o “mensalão”.

A tranquilidade da proteção judicial, já que havia uma maioria de juizes e ministros protetores da causa, e o imenso recurso financeiro para eventuais situações de pressão.

A segurança na proteção do ilícito era tanta que os condenados pelo mensalão continuavam praticando ações delituosas.

A garantia de que a sociedade não interferiria no processo de caça aos corruptos nos moldes dos tempos sem internet e do total conhecimento da causa.

Na história republicana brasileira nunca se soube quem eram os ministros do Supremo Tribunal Federal, magistrados da Justiça Federal e o desconhecimento do aperfeiçoamento eficiente e do primoroso corpo técnico da Polícia Federal.

Os novos instrumentos de investigação como a delação premiada, a leniência, a devolução dos recursos desviados, modernizando o processo penal brasileiro, deve-se a Lava-Jato.

Os corruptos e corruptores sentiam-se protegidos pelos meandros e filigranas do Supremo Tribunal Federal

A coragem ao enfrentar corruptos como um ex-presidente, um presidente em exercício, o presidente do Senado, da Câmara dos Deputados, empresários influentes, políticos tradicionais e não houve um caso de pleito de injustiça. Um feito brilhante e inédito no país.

Daí, a sua popularidade construída com o acesso da sociedade à informação e o conhecimento de como funciona o judiciário brasileiro.

Em um dos programas de rádio, de grande audiência, uma ouvinte manifestou a sua opinião de que era mais feliz quando não sabia nada sobre o funcionamento do Congresso Nacional e da Justiça brasileira.

Este é o sentimento da sociedade quanto a proteção da Justiça e de nossos representantes que se isolam das necessidades e do clamor de seu povo. Só agem sobre pressão das ruas!

A sensação de desproteção, isolamento e a clareza no processo de destruição da Lava-Jato por políticos influentes e pelo Supremo Tribunal Federal, o guardião da sociedade.

Enfim, a sociedade identifica na figura de Sérgio Moro de como deveria ser o magistrado brasileiro, reconhecido pela sociedade brasileira e internacionalmente.

Se os políticos na Itália destruíram a “Operação Mãos Limpas”, no Brasil a Lava-Jato vai ser destruída pela Justiça!

A grande dúvida: eles são contra a imagem de Sérgio Moro ou a lama começa a tocar nas togas?

COSTA
ASSESSORIA CONTÁBIL

Abertura de firmas
Escrituras fiscais e contábeis

Guaratinguetá
Domingos Rodrigues Alves - 425
Fone: 12 3122 5576

Pindamonhangaba
Marechal Deodoro da Fonseca - 173
Fone: 12 3522 9571

contato@contabilcosta.com.br
www.contabilcosta.com.br

Expediente

EDITOR: EDER BILLOTA

Escritório Adm.: R. Nél. Dondolo de Fomera, 173 - CEP: 12401-010

Tel.: (12) 3522-9571 - Pindamonhangaba

Escritório Logística: R. Dr. Cabu Surtow, 93 CEP.: 12505-010/ Tel. (12) 3133-3257

Guaratinguetá

Central de Redação e Gráfica: Estrada Santa Teresinha, 301 - CEP: 12.608-100 - Lorena-SP

Tels.: (12) 3301-5005/3152-2148

Representante em São Paulo-SP: Reverso Representações - Tel.: (11) 5051-4611

Circulador: Aparecida - Cachoeira Paulista - Carnas - Cruzeiro - Cunha Guaratinguetá - Lorena - Pindamonhangaba - Polim - Roseira e Cidade do Vale Histórico

IMPRESSÃO: BILLOTA JORNAIS LTDA - ME

CNPJ: 06.304.064/0001-02 / INSCRIÇÃO ESTADUAL: 420.128.993-114

Oficial de Reg. de Tit. e Doc. e Civil de Pessoas Jurídicas de Lorena - SP nº 26 Prot. Of. A-1 Lx. B-1, FL

Soliva e consórcio assinam contrato e Guarará volta a ter estacionamento rotativo

Zonas Azul e Verde começam a atuar em dezembro, pagamento com dinheiro, cartão ou aplicativo

Leandro Oliveira
Guaratinguetá

Foi assinado o contrato de prestação de serviços entre a Prefeitura e a Guaratinguetá Consórcio Rotativo, formato pelas empresas Serbet (Sistema de Estacionamento Veicular do Brasil) e a Interprint. O grupo foi o vencedor da licitação para o estacionamento rotativo no município, e terá até sessenta dias para concluir a implantação total do sistema.

As vagas serão divididas em Zonas Azul e Zona Verde. A Azul será espalhada pelas regiões que mais têm fluxo de veículos, como Centro, São Benedito, Campo do Galvão, Pedregulho e nas proximidades da rodoviária. Já a Verde cobrirá as áreas próximas a hospitais como a Santa Casa e o Hospital e Maternidade Frei Galvão.

Haverá diferença de preços entre as zonas. Na Zona Azul, meia hora custará R\$1, uma hora sairá a R\$ 2, uma hora e meia R\$ 3 e duas horas R\$ 4. Na zona verde, trinta minutos terá o valor de R\$ 0,50, uma hora R\$ 1, duas horas R\$ 2 e três horas terá o preço de R\$ 3.

"A empresa fará um repasse de 28,32% dos valores arrecadados ao Executivo. É muito mais do que a empresa anterior repassava. Então isso é importante, pois soma na arrecadação do município. A outorga será investida no Fundo Municipal de Trânsito", enfatizou o prefeito Marcus Soliva (PSB), em entrevista após a assinatura do contrato.



Foto: Leandro Oliveira



Fotos: Arquivo Atos

Major Oliveira, Celão, Soliva, Márcio Bastos e o presidente da Aceg, Ricardo Teberga, assinam sistema; parquímetro do Zona Azul; sistema retorna às ruas com alterações

O consórcio vai disponibilizar aos usuários a possibilidade de pagar pelo estacionamento rotativo através do aplicativo das empresas ou do pagamento direto no parquímetro, que poderá ser feito com dinheiro em espécie ou através de

um cartão de recarga que o usuário pode acrescentar dinheiro e descontar em cada vez utilizada.

"Acreditamos que a maioria dos usuários vai optar pelo aplicativo no celular, que é mais amigável, e também porque ele poderá ser usado em outras cidades, como São Paulo. O parquímetro é uma exigên-

cia, não temos como não instalarmos.

O parquímetro é bem tecnológico, ele tem um cartão de recarga que pode ser utilizado como crédito e, nesse caso, você vai até o parquímetro e acrescenta só a sua placa", destacou Márcio Bastos, representante da Guaratinguetá Consórcio Rotativo.

Durante a assinatura, Soliva perguntou a Bastos se é possível iniciar as operações no município no dia 1 de dezembro para não atrapalhar o comércio da região central da cidade na principal época de vendas do ano. O consórcio se comprometeu a seguir o cronograma pedido pelo prefeito.

Pode entrar que a casa é sua.

A Câmara Municipal é a cara de Guarará e de quem vive nela. Suas decisões espelham as necessidades e exigências dos cidadãos para se transformarem em leis, tornando a cidade cada vez mais moderna, agradável e bonita, melhorando a qualidade de vida de todos.

Participe das atividades da Câmara, conhecendo o processo legislativo e ajudando a garantir sua transparência.

Afinal, a Câmara é sua.

Assista às sessões da Câmara todas as terças e quintas-feiras, às 18h: Av. João Pessoa, 471, Pedregulho – Tel.: 3123-2400.

Pelo rádio: Piratininga 89.9 FM.

Na Internet: www.camaraguaratingueta.sp.gov.br

Câmara Municipal da Estância Turística de GUARATINGUETÁ
Ética e transparência, a serviço do povo.

Estação Ferroviária - Praça Condessa de Frontin

ESTUDAR:
Este é o direito de toda criança.
Lugar de criança é na escola.

Diga não ao trabalho infantil.

Denuncie. Disque 100.

Estudar, brincar e sonhar. Toda criança tem o direito de crescer em um ambiente saudável, com responsabilidades adequadas à sua faixa etária. O trabalho é completamente proibido até os 16 anos de idade, com exceção das aprendizagens acompanhadas de formação técnico-profissional que podem começar aos 14 anos de idade. Contribua você também com esse campanha e, caso veja irregularidades, denuncie ao PETI nessa cidade e as nossas crianças agradecerem.

Prefeitura de Pindamonhangaba
www.pindamonhangaba.sp.gov.br
SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL